

AO PREGOEIRO MUNICIPAL – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE LAJINHA – ESTADO DE MINAS GERAIS.

Processo Administrativo nº 2437/2023
Pregão Presencial nº 016/2023

F DE C FERNANDEZ, pessoa jurídica de pessoa privada, inscrito no CNPJ nº. 49.538.058/0001-82, com sede na Rua José Itabira, nº. 75, bairro Centro, cidade de Caputira, estado de Minas Gerais,¹ neste ato representada Fernanda de Carvalho Fernandez, inscrita no CPF nº. 122.484.596-02², vem, apresentar:

IMPUGNAÇÃO

do Edital do Processo Administrativo de Licitação Pública nº. 2437/2023 na modalidade Pregão Presencial nº. 016/2023.

1. DAS DISPOSIÇÕES FÁTICAS

O Poder Executivo Municipal de Lajinha, tornou público, para conhecimento dos interessados o Edital do Processo Administrativo de Licitação Pública nº. 2437/2023 na modalidade Pregão Presencial nº. 016/2023, na data de 18 de maio de 2023, contendo o seguinte objeto:

1.1- A presente licitação tem por objeto a Futura contratação de empresa especializada em prestação de serviços para realização de rodeio profissional e locação de estrutura, com transmissão ao vivo, rodeio show e atividades correlatas, para todos os dias da EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE LAJINHA – XXVII EXPOAL em comemoração aos 85º aniversário de Lajinha/MG, em atendimento à Secretaria de Administração, conforme especificado neste Edital.

Neste ínterim, depreende do respectivo edital diversos vícios de ilegalidade no que concerne a habilitação técnica.

Por ser breve, esta é a síntese dos fatos.

¹ Anexo 01. Requerimento de empresário; Anexo 01.1. Cartão CNPJ.

² Anexo. 02. Documentos pessoais.

2. DAS DISPOSIÇÕES JURÍDICAS

2.1. DAS DISPOSIÇÕES PROCESSUAIS

2.1.1. DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DE ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO.

Conforme se depreende da publicação do respectivo edital este fora tornado a público em 18 de maio de 2023, assim o prazo para respectiva impugnação iniciou-se em 19 de maio de 2023 e findará em 25 de maio de 2023 visto que o prazo de abertura é o dia 1º de junho de 2023 (§ 1º do art. 41 da Lei nº. 8.666/1993), sendo, portanto, tempestivo.

2.2. DO MÉRITO

2.2.1. DOS VÍCIOS DE ILEGALIDADE DA HABILITAÇÃO TÉCNICA EXISTENTES

Conforme se depreende, o Edital exigiu as seguintes condições técnicas, como critério de habilitação:

8.1.6 – Qualificação técnica:

a) a empresa deverá comprovar aptidão por meio de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão do licitante para execução de serviço com as características do objeto constante do presente Termo devidamente chancelado pela entidade profissional. Estando dentro das suas atribuições, de acordo com a Resolução nº 1025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA;

b) apresentação de pelo menos 01 (uma) CAT - Certidão de Acervo Técnico de engenharia civil ou mecânica. Documento comprobatório da capacidade técnica do profissional para atendimento ao objeto da presente licitação, devidamente chancelado pela entidade profissional. Estando dentro das suas atribuições, de acordo com a Resolução nº 1025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA.

c) apresentar Atestado de capacidade técnica comprovando cumprido de forma satisfatória a execução de serviços de **TRANSMISSÃO AO VIVO** com características iguais ou semelhantes com objeto a ser contratado, devendo estar chancelado pelo CRA - CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, **devendo, nesse item, comprovar:**

c1) prova de vínculo entre o profissional/empresa com relação aos serviços de Transmissão ao Vivo;

c2) prova de Inscrição junto ao CRA do profissional/empresa, devidamente válido;

c3) a empresa deverá comprovar documentação a relação jurídica existente entre a mesma e a empresa responsável pela transmissão, caso seja terceirizado. d) apresentar Atestado de Visita Técnica ao local do evento, comprovando o efetivo conhecimento do licitante quanto às condições do solo e da área onde serão instaladas as referidas estruturas, conforme documento a ser expedido pela Secretaria Municipal requisitante.

- e) comprovação de experiência e qualidade profissional de rodeios do cenário estadual ou nacional, o que poderá ser demonstrada através de publicações em revistas, jornais, atestados, periódicos, DVDs ou outras formas de mídia do gênero, em que fique evidenciada a participação em eventos de rodeios.
- f) comprovante de Registro ou Inscrição da licitante perante o CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia);
- g) certificado de responsabilidade técnica da licitante no CRA (Conselho Regional de Administração);
- h) comprovante de Registro ou Inscrição da licitante perante o CNAR (Confederação Nacional de Rodeios) e/ou Federação de Rodeio do Estado em que a Empresa estiver sediada;
- i) comprovante de inscrição ou prova de regularidade da empresa e dos responsáveis técnicos no CRMV (Conselho Regional de Medicina Veterinária);
- j) comprovante de registro ou inscrição do licitante perante o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA);
- k) deverá ser indicado expressamente pela empresa licitante o(s) responsável(is) técnico(s) para o acompanhamento dos serviços, conforme objeto da presente licitação, para a prestação dos serviços, **devendo ser comprovado vínculo empregatício através de:**
 - k1) no caso de ser sócio proprietário da empresa através da apresentação do contrato social ou outro documento legal, devidamente registrado na junta comercial;
 - k2) no caso de empregado da empresa através de apresentação da carteira de trabalho e previdência social (CTPS) comprovando o vínculo empregatício do profissional na empresa licitante;
 - k3) no caso de profissionais que detenham vínculo através de contrato de prestação de serviços, através de apresentação do instrumento particular de serviços, celebrado entre o profissional e a empresa proponente até a data de apresentação da proposta.
- l) apresentação de documento que comprove que o Juíz(s) de Rodeio, SalvaVida(s), sejam cadastrados na CNAR (Confederação Nacional de Rodeios) e/ou Federação;
- m) comprovante de Registro em nome do responsável técnico (Engenheiro e ou Técnico) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA, para execução dos serviços ora licitados;
- n) certificado de Credenciamento do Corpo de Bombeiro Militar do Estado da Sede da licitante, atualizado, conforme Norma Técnica regulamentada pelo Decreto N.º 2423-R, de 15/12/2009, para montagem e desmontagem de estruturas e realização e organização de eventos;
- o) cadastro do responsável pela empresa no corpo de bombeiros como promotor de eventos do Estado da Sede da licitante;
- p) alvará de funcionamento da empresa expedido pelo Corpo de Bombeiros;
- q) certificado de atividade organizado para o evento emitida pelo Ministério do Turismo em nome da empresa;
- r) certificado de atividade de prestadora de infraestrutura emitida pelo Ministério do Turismo em nome da empresa;
- s) certificado NR – 35 em nome do responsável, em que estabelece os requisitos mínimos de proteção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução;
- t) indicação do locutor especializado, com comprovação de que o locutor detém experiência e renome no cenário nacional e/ou internacional do rodeio que poderá

ser feita através de revistas, jornais periódicos, dvd's do gênero ou outras formas de mídias;

u) a empresa deverá comprovar documentação a relação jurídica existente entre a mesma e a empresa responsável pela pirotecnia, caso seja terceirizado;

v) Carteira de blaster emitido pela Polícia Civil;

w) certificado de registro Junto ao Ministério do Exército para armazenagem de pirotécnicos, em vigor, atestando que a proponente está autorizada a armazenagem de fogos de artifícios;

x) autorização para comércio, armazenagem e shows pirotécnicos expedido pela Polícia civil, dentro de sua validade;

y) certificado de Regularidade ambiental para Comércio e transporte de produtos perigosos emitido pelo IBAMA;

z) auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB);

aa) apresentar Comprovante de Curso de Brigada de Incêndio, Teoria e prática de técnico de segurança do trabalho do técnico blaster com comprovante de vínculo empregatício na empresa quando for o caso;

ab) declaração de ciência que será de inteira responsabilidade da contratada, qualquer acidente, danos a terceiros, entre outros ocorridos em horários de trabalho, ficando o Município isento de qualquer responsabilidade pelos mesmos;

ac) declaração de que assume o compromisso de reparar os problemas que porventura surgirem nos bens ou objeto desta licitação.

Assim, em que pese as extensas exigências técnicas, têm-se que os itens exigidos pelas letras: a, b, c, c1, c2, c3, d, g, n, o, p, q, r, s, y, z, devem ser suprimidos do edital, uma vez que excessivos e restritivos.

Pois bem. Conforme se depreende da Lei 8.666/93, a qual "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", esta dispõe sobre a qualificação técnica dos licitantes. Observa-se:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

II - (Vetado).

a) (Vetado).

b) (Vetado).

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 7º (Vetado).

I - (Vetado).

II - (Vetado).

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

§ 11. (Vetado).

§ 12. (Vetado).

Com relação aos atestados – itens a, b e c –, cumpre dizer que a forma como foram exigidos não observam a legislação, pois nem sequer foi definido no edital as parcelas de maior

relevância técnica e valor significativo. Nesse sentido, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG:

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE CERTIFICADO DE REGULARIDADE JUNTO AO IBAMA. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA-OPERACIONAL SEM DEFINIÇÃO DE PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA OU VALOR SIGNIFICATIVO. AUSÊNCIA DE PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS E DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. APLICAÇÃO DE MULTA. RECOMENDAÇÕES.

1. A exigência do Certificado de Regularidade junto ao IBAMA encontra amparo no art. 30, IV, da Lei n. 8.666/1993, uma vez que consiste em atendimento a requisito previsto em lei especial, criado pela Resolução CONAMA n. 416/2009 e Instrução Normativa IBAMA n. 01/2010.

2. Ainda que o art. 8º, § 4º, da Lei n. 12.527/2011 dispense aos municípios com população inferior a 10.000 (dez mil) habitantes a divulgação obrigatória de seus atos oficiais na *internet*, a Administração não pode por liberalidade, se desincumbir dos preceitos constitucionais, devendo atender à publicidade e à transparência por outros meios, divulgando-os em local de fácil acesso.

3. **Demonstra-se irregular a ausência, no edital licitatório, de especificações das parcelas de maior relevância e de valor significativo do objeto licitado**, nos termos do art. 30, § 2º, da Lei n. 8.666/93.³

Assim, resta evidenciado que o Poder Executivo não poderia exigir dos licitantes que estes apresentem todos os registros nos conselhos de classe citados no edital, em especial nos itens: c, c1, c2, c3, g, i, uma vez que deveria exigir apenas documentações do conselho no qual detém atividade preponderante e básica do objeto da licitação, no caso: o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

Nesse contexto é a posição firme da jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU –, conforme abaixo se traz à baila:

A jurisprudência do Tribunal se consolidou no sentido de que o registro ou inscrição na entidade profissional competente, previsto no art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993, deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação.⁴

No mesmo trilha, têm-se a jurisprudência firmada pelo TCEMG, veja:

³ TCE-MG. Denúncia nº. 1098590.

⁴ TCU – Acórdão nº. 2.769/2014 – Rel. Min. Bruno Dantas – Plenário – Data do julgado 15/10/2014.

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. TOMADA DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE LICITAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE PREGOEIRO. BURLA À EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL DO CONCURSO PÚBLICO. IRREGULARIDADE. APLICAÇÃO DE MULTA. RECOMENDAÇÃO. EXIGÊNCIA DE REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE. ATIVIDADE PREPONDERANTE DA LICITAÇÃO NÃO INERENTE À FORMAÇÃO CONTÁBIL. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE DO CERTAME. IRREGULARIDADE. APLICAÇÃO DE MULTA. PREFEITO. AUSÊNCIA DE ERRO GROSSEIRO. LINDB. AFASTADA APLICAÇÃO DE SANÇÃO. DIFICULDADE DE ACESSO AO EDITAL. OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO EM SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL DE INFORMAÇÕES SOBRE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS. RECOMENDAÇÃO. JULGAMENTO INTEMPESTIVO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PELA ADMINISTRAÇÃO. REGULARIDADE. RECOMENDAÇÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL DOS APONTAMENTOS. ARQUIVAMENTO.

[...]

O registro ou inscrição na entidade profissional competente, para fins de qualificação técnico-profissional, se circunscreve ao conselho fiscalizador da atividade básica ou do serviço preponderante da licitação, nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União e desta Corte.⁵

Ademais, no que concerne aos itens: a, b, d, n, o, p, q, r, s, y, z, observa-se que tais itens não são compatíveis com as exigências do art. 30 da Lei nº. 8.666/93, não podendo serem exigidos por ausência de fundamentação legal. Neste cenário, o TCU:

A restrição do caráter competitivo, por exigências excessivas na qualificação técnica e na forma de apresentação dos documentos, pode implicar a anulação da licitação e contratação.⁶

A inserção nos editais de licitação de exigência de comprovação de capacidade técnica, seja sob o aspecto técnico-profissional ou técnico-operacional, exige motivação e demonstração, tecnicamente, que os parâmetros fixados são necessários, suficientes e pertinentes ao objeto licitado, assegurando-se de que a exigência não implica restrição do caráter competitivo do certame.⁷

Ademais, no mesmo sentido caminha o entendimento firmado pelo TCE-MG. Observa-se:

EMENDA: DENÚNCIA. PROCESSO LICITATÓRIO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. CONCESSÃO ONEROSA DE PERMISSÕES. SERVIÇO DE TRANSPORTE POR TÁXI. AUSÊNCIA DE PROJETO BÁSICO OU ESTUDOS DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA. PREVISÃO DE ALTERAÇÃO UNILATERAL DA FORMA DE PAGAMENTO

⁵ TCE/MG – Denúncia 958376 – Rel. Cons. Subs. Adonias Monteiro – Data da sessão 19/12/2019.

⁶ TCU - Acórdão 2993/2009-Plenário. Rel. Min. Augusto Nardes - Data da sessão 09/12/2019.

⁷ Acórdão 32/2003 - Primeira Câmara Rel. Min. Marcos Bemquerer – Data da Sessão: 28/01/23.

DAS PARCELAS. DIRECIONAMENTO DA LICITAÇÃO. INSUBSISTÊNCIA DOS APONTAMENTOS. EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

1. Na fase de habilitação, a Administração não pode fazer exigências indevidas e impertinentes, conforme prescreve o inciso I do § 1º do art. 3º da Lei n. 8.666, de 1993. **Exigências editalícias, sejam elas de caráter técnico-operacional ou técnico-profissional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade para cumprir as obrigações contratuais.**⁸

EMENDA: DENÚNCIA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E CONTROLE COM AUTO GESTÃO DE FROTAS PARA ABASTECIMENTO. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. IMPROCEDÊNCIA. ARQUIVAMENTO.

As exigências habilitatórias, na condição de garantias mínimas do cumprimento das obrigações, devem ter pertinência com o objeto licitatório e devem ser interpretadas restritivamente, mediante juízo de adequabilidade normativa, em observância à competitividade, à isonomia e à seleção da proposta mais vantajosa.⁹

Porquanto, da forma como foram formulados os requisitos de qualificação técnica do edital, tem-se que estes estabeleceram-se limitações excessivas e desnecessárias para comprovação da aptidão técnica requerida para a execução do objeto sob exame.

Por fim, quanto aos demais itens do edital exigidos, ou seja: e, f, h, j, k, k1, k2, k3, l, m, t, u, v, w, x, também por falta também de amparo legal, não podem ser exigidos na fase de habilitação técnica, mas, no máximo, como condição para assinar o contrato administrativo (inciso II do art. 40 da Lei nº. 8.666/1993).

3. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

3.1 O recebimento desta Impugnação;

⁸ Denúncia nº. 969528 Rel. Min. Gilberto Dinis – Data da Publicação: 08/04/2020.

⁹ Denúncia nº. 1119777. Rel. Min. Licurgo Mourão – Data da Publicação: 31/03/2023.

3.2. O provimento da presente Impugnação, para que o edital seja republicado, com a supressão dos itens: a, b, c, c1, c2, c3, d, g, n, o, p, q, r, s, y, z, bem como que sejam os itens e, f, h, j, k, k1, k2, k3, l, m, t, u, v, w, x previstos, no máximo, como condição para assinatura do contrato administrativo.

Manhuaçu – MG, 25 de maio de 2023.

FERNANDA DE CARVALHO
FERNANDEZ:1
2248459602

Assinado de forma digital
por FERNANDA DE
CARVALHO
FERNANDEZ:12248459602
Dados: 2023.05.25
15:50:30 -03'00'

F de C Fernandez
Empresária



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) FERNANDA DE CARVALHO FERNANDEZ			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado)		
FILIAÇÃO RONALDO FERNANDEZ ESTANISLAU		(mãe) ANA CARINA DE CARVALHO ESTANISLAU	
NASCIDO EM (data de nascimento) 06/07/1993	IDENTIDADE (número) 18569254	Órgão Emissor PC	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 122.484.596-02	
		EMAIL LUIZATEX.OLIVEIRA@HOTMAIL.COM	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA JOSE ITABIRA			NÚMERO 75
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 36925000
MUNICÍPIO CAPUTIRA			UF MG
Declaro que a atividade de se <input checked="" type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 080	DESCRIÇÃO DO ATO INSCRICAO	EVENTO 315	DESCRIÇÃO DO EVENTO ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL F DE C FERNANDEZ			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA JOSE ITABIRA			NÚMERO 75
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 36925000
MUNICÍPIO CAPUTIRA	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) LUIZATEX.OLIVEIRA@HOTMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 100.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) CEM MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 9001999 Atividades secundárias 1813001 5112999 5229099 5590699 5620102	DESCRIÇÃO DO OBJETO ARTES CENICAS, ESPETACULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES, TRANSPORTES AEREO DE PASSAGEIROS NAO-REGULAR, ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES TERRESTRES, ALOJAMENTOS, SERVICOS DE ALIMENTACAO, PARA EVENTOS E RECEPCOES-BUFE, ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORARIO EXCETO ANDAIMES, ALUGUEL DE SANITARIOS QUIMICOS PARA USO EM EVENTOS, ATIVIDADE DE VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA, SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS, PRODUCAO MUSICAL, PRODUCAO DE ESPETACULOS DE RODEIOS, VAQUEJADAS E SIMILARES, ATIVIDADES DE SONORIZACAO E ILUMINACAO, ATIVIDADES DE SERVICOS PESSOAIS, CRIACAO E A PRODUCAO DE CAMPANHAS DE PUBLICIDADE PARA QUALQUER FINALIDADE, PARA VEICULACAO EM QUAISQUER TIPOS DE VEICULOS DE COMUNICACAO, COLOCACAO DE MATERIAL PUBLICITARIO EM JORNAIS, REVISTAS, RADIOS, TELEVISAO, INTERNET E EM OUTROSVEICULOS DE COMUNICACAO, PRESTACAO DE SERVICOS PARA MERCHANDISING EM RADIO E TELEVISAO (CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA)		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 09/02/2022	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZACAO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO			
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)			
DATA DA ASSINATURA 09/02/2022	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2300133661



MG54814147



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31112625032 em 09/02/2023 da Empresa F DE C FERNANDEZ, Nire 31112625032 e protocolo 230794963 - 09/02/2023. Autenticação: 1769392D8762CB76B9C2D138D0334D669353F1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/079.496-3 e o código de segurança 7NnA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/02/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) FERNANDA DE CARVALHO FERNANDEZ			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado)		
FILIAÇÃO RONALDO FERNANDEZ ESTANISLAU		(mãe) ANA CARINA DE CARVALHO ESTANISLAU	
NASCIDO EM (data de nascimento) 06/07/1993	IDENTIDADE (número) 18569254	Órgão Emissor PC	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 122.484.596-02	
EMAIL LUIZATEX.OLIVEIRA@HOTMAIL.COM			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA JOSE ITABIRA			NÚMERO 75
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 36925000
MUNICÍPIO CAPUTIRA	UF MG		
Declaro que a atividade se <input checked="" type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 080	DESCRIÇÃO DO ATO INSCRICAO	EVENTO 315	DESCRIÇÃO DO EVENTO ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL F DE C FERNANDEZ			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA JOSE ITABIRA			NÚMERO 75
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 36925000
MUNICÍPIO CAPUTIRA	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) LUIZATEX.OLIVEIRA@HOTMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 100.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) CEM MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 9001999 Atividades secundárias 7311400 7319099 7739003 7739099 8011101	DESCRIÇÃO DO OBJETO SERVICOS DE ALTO-FALANTE E DE SONORIZACAO EM VEICULOS MOTORIZADOS OU NAO COM A FINALIDADE DE PUBLICIDADE, ALUGUEL DE OUTROS TIPOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, ELETRICOS OU NAO ELETRICOS TAIS COMO GERADORES, IMPRESSAO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITARIO.		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 09/02/2022	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO			
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)			
DATA DA ASSINATURA 09/02/2022	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE. _____/_____/_____ _____/_____/_____		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	





NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) FERNANDA DE CARVALHO FERNANDEZ			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado)		
FILIAÇÃO RONALDO FERNANDEZ ESTANISLAU		(mãe) ANA CARINA DE CARVALHO ESTANISLAU	
NASCIDO EM (data de nascimento) 06/07/1993	IDENTIDADE (número) 18569254	Órgão Emissor PC	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 122.484.596-02	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA JOSE ITABIRA		EMAIL LUIZATEX.OLIVEIRA@HOTMAIL.COM	
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 36925000
MUNICÍPIO CAPUTIRA		UF MG	
Declaro que a atividade se <input checked="" type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 080	DESCRIÇÃO DO ATO INSCRICAO	EVENTO 315	DESCRIÇÃO DO EVENTO ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL F DE C FERNANDEZ			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA JOSE ITABIRA		NÚMERO 75	
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 36925000
MUNICÍPIO CAPUTIRA	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) LUIZATEX.OLIVEIRA@HOTMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 100.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) CEM MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 9001999 Atividades secundárias 8230001 9001902 9001905 9001906 9609299	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 09/02/2022	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)			
DATA DA ASSINATURA 09/02/2022	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 49.538.058/0001-82 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 09/02/2023</div>
--	---	--

NOME EMPRESARIAL
F DE C FERNANDEZ

<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) F DE C FERNANDEZ PRODUÇOES ARTISTICAS</div>	<div>PORTE ME</div>
---	-------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário
51.12-9-99 - Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não-regular
52.29-0-99 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente
55.90-6-99 - Outros alojamentos não especificados anteriormente
56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê
73.11-4-00 - Agências de publicidade
73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
80.11-1-01 - Atividades de vigilância e segurança privada
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
90.01-9-02 - Produção musical
90.01-9-05 - Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares
90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação
96.09-2-99 - Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

<div>LOGRADOURO R JOSE ITABIRA</div>	<div>NÚMERO 75</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>
--	--------------------------	----------------------------------

<div>CEP 36.925-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO CAPUTIRA</div>	<div>UF MG</div>
-------------------------------	---------------------------------------	-----------------------------------	----------------------

<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO LUIZATEX.OLIVEIRA@HOTMAIL.COM</div>	<div>TELEFONE (31) 9864-4535/ (33) 8434-1248</div>
--	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/02/2023</div>
---	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>
--	--

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 09/02/2023 às 14:01:56 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Ministério da Fazenda
Receita Federal
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
122.484.596-02

Nome
FERNANDA DE CARVALHO FERNANDES

Nascimento
06/07/1983

LE 7716 DE 2003

CPF
122.484.596-02

Nome
FERNANDA DE CARVALHO FERNANDES

Endereço
RUA CAROLINA DE COSTA RIBEIRO, 116 - JARDIM MIRIM - FLORESTA - RJ

Data de Nascimento
06/07/1983

Assinatura
[Signature]

Assinatura do Diretor
[Signature]

CÓDIGO DE CONTROLE
39CA4370.79BS.D784

QR Code

Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 12:21:29 do dia 19/03/2018 (hora e data de Brasília)

Valido somente com comprovante de identificação



SELO DE CONSULTA: GL38578

CODIGO DE SEGURANÇA: 1028-4725-4725-2077

Assinatura
[Signature]

Assinatura do Diretor
[Signature]

Assinatura do Diretor
[Signature]

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAJINHA.MG**

Ref.: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL Pregão nº. 016/2023.

Processo nº2437/2023

BROOKLYN PRODUCOES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ 49.331.983/0001-38, sediada na Rua Joaquim Murtinho, 392, Centro, Ipanema/MG, neste ato representada pelo seu sócio administrador CARLOS HENRIQUE DO CARMO RIGUETE, empresário, inscrito no CPF 109.520.576-54 e RG MG-17.450.180

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO “PREGÃO Nº.16/2023”

em razão de exigências que somadas resultam num ilegal e involuntário direcionamento, o qual reduzirá amplamente a competitividade, sacrificando os principais princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública.

I- DA TEMPESTIVIDADE

A licitação em epígrafe tem sua Sessão Pública de Abertura agendada para o dia 01 de junho de 2023, às 08h30min.

O edital de licitação estabelece no item 3.0 o prazo para a interposição de impugnação, conforme se transcreve:



“3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO 3.1- Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço discriminado no preâmbulo deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 03 (três) dias úteis. **3.1.1 -** Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame. **3.2 -** Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.”

Em face do exposto, deve ser a presente Impugnação considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

II- DOS FATOS E DO DIREITO

A empresa, ora Impugnante, obteve o Edital de licitação através do site, analisando-se todas as suas condições de entrega, pagamento, especificações e após as verificações, a empresa detectou graves vícios no referido edital, os quais põem em risco a sua participação no certame, tanto quanto de quaisquer outros prováveis interessados.

O instrumento convocatório tem como objeto:

“1. DO OBJETO 1.1- A presente licitação tem por objeto a Futura contratação de empresa especializada em prestação de serviços para realização de rodeio profissional e locação de estrutura, com transmissão ao vivo, rodeio show e atividades correlatas, para todos os dias da EXPOSIÇÃO



AGROPECUÁRIA DE LAJINHA – XXVII EXPOAL em comemoração aos 85º aniversário de Lajinha/MG, em atendimento à Secretaria de Administração, conforme especificado neste Edital.”

O certame dispõe a disputa de 01 (um) único lote, contendo fornecimento de Rodeio, locação de estrutura de palco, show pirotécnico, praça de alimentação e outros, são diversos serviços com diversos tipos de empresas e documentações específicas para cada um fornecedor sendo em um único lote, cujas condições restritivas, ora impugnadas, caso não sanadas, resultarão em pleno cercamento de disputa entre fornecedores.

Para o lote são exigidas especificações de serviços para uma única empresa ou fabricante de exclusividades, e conseqüentemente limita a participação no certame de apenas empresas que atenda as minuciosas especificações técnicas dos serviços, e ainda que contenham a exclusividade do show determinado no **ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA, pois a data do evento já marcado para os dias 23 à 25 de junho de 2023.**

Verifica-se que o Edital está maculado de vício insanável de tal forma que somente que prejudica completamente o caráter competitividade, sanando-se com a sua replubicação e separando os lotes devidamente.

Importante ressaltar que, da leitura do referido Edital, verifica-se no item **8.1.6- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA nas alíneas “a” à “z”**, documentação exigida excessiva que demonstram a restrição de competitividade, contrário do objetivo da licitação, que é proporcionar a disputa do melhor preço e qualidade.

Lado outro, a impugnante presta serviços da área de PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO que atendem perfeitamente os requisitos do referido lote, os quais possui larga capacidade técnica para reproduzir tal festa marcada para o mês de junho.

Portanto, excluir a impugnante viola a todos os princípios constitucionais que prezam pela eficiência, isonomia, competitividade (ampla concorrência), razoabilidade, finalidade e, em especial, moralidade.



Neste sentido, o Tribunal de Contas da União também se posicionou que as licitações por lotes podem ser realizadas desde que: não afastem drasticamente a competitividade e os materiais guardem relação entre si, favorecendo economia de escala e padronização nos mesmos ambientes. Vejamos:

Súmula nº 247 do TCU – “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”.

Verifica-se então que o certame em referência, embora eivado de vício, poderia ser sanado, utilizando-se critérios razoáveis no que tange o lote, fazendo-se LOTE 01, LOTE 02, favorecendo a competitividade e o interesse público, na medida em que os preços devem recair na regra de competitividade.

Ora, por óbvio, que a descrição em um pacote de lote único implicará no ilegal vício de macular a competitividade do certame.

Visando evitar esta prática condenável e seguindo o raciocínio de razoabilidade, roga-se para que seja procedida a REPUBLICAÇÃO DO CERTAME PROPORCIONANDO OS LOTES DESTINTOS, CERTIFICANDO-SE A COMPETITIVIDADE ENTRE OS LICITANTES.

**DA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE
TÉCNICA DE ENGENHEIRO CADASTRADO NO CREA.**



É irregular a exigência de que o atestado de capacidade técnico-operacional de empresa participante de licitação seja registrado ou averbado no Crea (art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009), cabendo tal exigência apenas para fins de qualificação técnico-profissional.

Antes de tratar desse ponto, é válido recordar que a capacidade técnica a ser comprovada nos certames licitatórios divide-se em **capacidade técnico-operacional** e **capacidade técnico-profissional**.

O acórdão 1.332/2006 do Plenário do TCU diferencia bem as duas espécies:

A qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a *capacidade técnico-operacional*, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada *capacidade técnico-profissional*, referindo-se a existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado.

Diante da falta de previsão legal e regulamentar, não é possível exigir que os licitantes comprovem seus **capacidade técnico-operacional** por meio de atestados registrados no Crea ou que os atestados necessariamente estejam acompanhados de ART do engenheiro que acompanhou o serviço.

Vale observar, por fim, que esse também é o entendimento do Tribunal de Contas da União sobre a matéria, representado pelo **Acórdão 128/2012 – 2ª Câmara** e o **Acórdão 655/2016 do Plenário**:



1.7. Recomendar à UFRJ que exclua dos editais para contratação de empresa para a execução de obra de engenharia a exigência de registro no CREA dos atestados para comprovação da capacitação técnica operacional das licitantes, tendo em conta a recomendação inserta no subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo III do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011". (Acórdão 128/2012 – 2ª Câmara)

9.4. dar ciência ao Município de Itagibá/BA, de modo a evitar a repetição das irregularidades em futuros certames patrocinados com recursos federais, de que: (...) 9.4.2. a exigência de comprovação de aptidão técnica devidamente registrada junto ao Crea, dando conta de que a empresa interessada já desenvolveu serviços idênticos/ semelhantes ao previsto no objeto do edital, contraria a Resolução 1.025/2009 do Confea e o Acórdão 128/2012 – TCU – 2ª Câmara; (Acórdão 655/2016 do Plenário).

DO DESCUMPRIMENTO LEGAL

A Carta Magna vincula os atos da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, e dispõe:

Art. 37... XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente

permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Neste sentido, em consonância ao princípio da Soberania Constitucional, a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93 veda de forma clara e veemente a utilização de quaisquer manobras, atos, cláusulas e/ou condições, julgamentos e decisões que discriminem ou afastem o caráter competitivo do certame, bem como estabeleçam preferências, distinções ou situações impertinentes ou irrelevantes para especificar o objeto do contrato.

O inciso I do art. 40, da lei r. Lei estabelece que o objeto deve ser descrito no edital de licitação de forma sucinta e clara e o inciso I, do art. 3º, assim determina:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Não obstante, a Lei Geral de Licitações, em seu art. 7º, §5º e §6º, se posiciona expressamente contrário ao direcionamento e a concomitante restrição da competitividade ao procedimento licitatório, conforme transcrevemos abaixo:

Art. 7º... §5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

§6º A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

A doutrina de Hely Lopes Meirelles, acerca da de tão relevante tema, assim nos ensina:

A igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, que através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desigale os iguais ou iguale os desiguais. O desatendimento a esse princípio constitui a forma mais insidiosa de desvio do poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o Judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou o favoritismo administrativo, sem nenhum objetivo ou vantagem de interesse público. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 27. ed Ed. Malheiros Editores. São Paulo:2002. pg. 262.)



A competitividade é um princípio fundamental da licitação e tem a devida proteção pela legislação, tipificando a ação injusta e culminando pena aos agentes que ensejarem frustrar este princípio.

Por fim, fica claro e evidente que o **TERMO DE REFERÊNCIA-ANEXO I , no item 03** – Especificações dos bens e serviços, restringe a competição e participação de demais concorrentes que não se adequem ao lote único, fugindo-se a regra da licitação, bem como a do pregão.

DA ADEQUAÇÃO DO LOTE

O impugnante é respeitado no meio empresarial, já com experiência em varias festas, e visto que no Termo de Referência – ANEXO I, no item 4, 4.1.1 á 4.1.5 fala sobre a exploração do espaço público, este de interesse ora do licitante , **REQUER** a republicação do edital distiguindo-se os lotes a cada, podendo assim o Municipio cumprir com sua função e ao mesmo tempo zelar pela aplicabilidade da Lei.

III- DOS PEDIDOS

Pelos ditames normativo-principiológicos supracitados, requer-se:

- O acolhimento da presente Impugnação,
- **REPUBLICAÇÃO DO CERTAME** contendo a disntinção dos lotes no que tange a praça de alimentação e assim conferir o caráter competitivo do certame para fins de participação da impugnante, na medida em que invariavelmente apenas uma determinada empresa tem a possibilidade de oferecer tais serviços em um único lote;
- **Caso não seja este o entendimento de Vossa Senhoria, requer desde logo, que seja a presente Impugnação submetida à apreciação da Autoridade Superior competente, para que delibere sobre seus termos, conforme legislação em vigor, visando assim sua REVOGAÇÃO.**

Assim, por ser justo e totalmente razoável, espera-se por um parecer favorável quanto a pretensão requerida.



Termos em que,

Pede juntada e deferimento.

Ipanema / MG, 26 de maio de 2023.



49.331.983/0001-38

**BROOKLYN PRODUCOES
E EVENTOS LTDA**

**R JOAQUIM MURTINHO, 392
CENTRO - IPANEMA MG
CEP 36.950-000**

BROOKLYN PRODUCOES E EVENTOS LTDA

CNPJ: 49.331.983/0001-38

CARLOS HENRIQUE DO CARMO RIGUETE

CPF 109.520.576-54

SÓCIO ADMINISTRADOR



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/046.855-1	MGP2300078619	25/01/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
109.520.576-54	CARLOS HENRIQUE DO CARMO RIGUETE

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE BROOKLYN PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA

1. CARLOS HENRIQUE DO CARMO RIGUETE, nacionalidade BRASILEIRA, EMPRESARIO, Casado(a), regime de bens Comunhao Parcial, nº do CPF 109.520.576-54, documento de identidade MG-17.450.180, SSP, MG, com domicílio / residência a RUA JOAQUIM MURTINHO, número 325, APT 202, bairro / distrito CENTRO, município IPANEMA - MINAS GERAIS, CEP 36.950-000.

Constituem uma sociedade empresária limitada, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o nome empresarial de BROOKLYN PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.

Parágrafo Único: A sociedade tem como nome fantasia BROOKLYN PRODUÇÕES E EVENTOS.

Cláusula Segunda - O objeto social será SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES, FESTAS, ESPETÁCULOS DE RODEIOS, VAQUEJADAS E SIMILARES, EVENTOS ESPORTIVOS. PRODUÇÃO MUSICAL, ARTES CENICAS, ESPETÁCULOS TEATRAIS, DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO, FILMAGEM DE FESTAS E EVENTOS, ATIVIDADES DE APOIO A EMPRESAS, AGENCIA DE PUBLICIDADE, AGENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E ARTISTICAS, IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITARIO, SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES, BUFE, HOTEIS, MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS, ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORARIO, EXCETO ANDAIMES, ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS SEM OPERADOR, SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA, COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS E COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO.

Cláusula Terceira - A sede da sociedade é na RUA JOAQUIM MURTINHO, número 392, bairro / distrito CENTRO, município IPANEMA - MG, CEP 36.950-000.

Cláusula Quarta - A sociedade iniciará suas atividades em 25/01/2023 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital social é R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL reais) dividido em 80.000 quotas no valor nominal R\$ 1,00 (UM real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

NOME	Nº DE QUOTAS	VALOR R\$
CARLOS HENRIQUE DO CARMO RIGUETE	80.000	80.000,00
TOTAL	80.000	80.000,00

Cláusula Sexta - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições, preço e direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.



CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE BROOKLYN PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA

Cláusula Sétima - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Oitava - A administração da sociedade caberá ao administrador(a)/sócio(a) CARLOS HENRIQUE DO CARMO RIGUETE, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Cláusula Nona - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Décima - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Décima Primeira - O(s) signatário(s) do presente ato declara(m) que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Cláusula Décima Segunda - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

Cláusula Décima Terceira - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Quarta - Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula Décima Quinta - O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Sexta - Fica eleito o foro de IPANEMA - MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando o(s) sócio(s) justo(s) e contratado(s), assinam o presente instrumento.

IPANEMA / MG, 25 de Janeiro de 2023.

MÓDULO INTEGRADOR: 15

MGP2300078619



MG54058560

2/3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31213781862 em 25/01/2023 da Empresa BROOKLYN PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, Nire 31213781862 e protocolo 230468551 - 25/01/2023. Autenticação: 686714845ABDD981F95316E49865105B38F58. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/046.855-1 e o código de segurança MUPy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/01/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/8

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE BROOKLYN PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA

CARLOS HENRIQUE DO CARMO RIGUETE

Sócio/Administrador

MÓDULO INTEGRADOR: 15 MGP2300078619



MG54058560

3/3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31213781862 em 25/01/2023 da Empresa BROOKLYN PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, Nire 31213781862 e protocolo 230468551 - 25/01/2023. Autenticação: 686714845ABDD981F95316E49865105B38F58. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/046.855-1 e o código de segurança MUPy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/01/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/8



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/046.855-1	MGP2300078619	25/01/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
109.520.576-54	CARLOS HENRIQUE DO CARMO RIGUETE





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

A Secretaria Geral da JUCEMG, no uso de suas atribuições de cancelar os instrumentos submetidos ao registro público de empresas, certifica, para fins de autenticidade, e, em atendimento ao disposto no ART. 1º, I DA LEI 8.934/1994, que o ato empresarial protocolado sob o número 23/046.855-1, em 25/01/2023 da empresa: BROOKLYN PRODUCOES E EVENTOS LTDA, nire: 3121378186-2, foi deferido digitalmente sob o número 31213781862, em 25/01/2023, nos termos da medida provisória Nº 876, de 13 de março de 2019.

Assina o presente termo, mediante certificado digital, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
109.520.576-54	CARLOS HENRIQUE DO CARMO RIGUETE

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
109.520.576-54	CARLOS HENRIQUE DO CARMO RIGUETE

Belo Horizonte, quarta-feira, 25 de janeiro de 2023



Documento assinado eletronicamente por Vinicius Barbosa Mourão, Servidor(a) Público(a), em 25/01/2023, às 15:04 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 23/046.855-1.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte. quarta-feira, 25 de janeiro de 2023



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31213781862 em 25/01/2023 da Empresa BROOKLYN PRODUCOES E EVENTOS LTDA, Nire 31213781862 e protocolo 230468551 - 25/01/2023. Autenticação: 686714845ABDD981F95316E49865105B38F58. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/046.855-1 e o código de segurança MUpy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/01/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 20304102 - AC IPANEMA
IPANEMA - MG
CNPJ...: 34028316113226 Ins Est.: 0620144620013
COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento...: 26/05/2023 Hora.....: 15:34:04
Caixa.....: 109326727 Matrícula...: 84204087
Lancamento.: 096 Atendimento.: 00091
Modalidade.: A Vista ID Tiquete.: 2472652845

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SEDEX A VISTA	1	38,71+
Valor do Porte(R\$)...	25,80	
Cep Destino: 36980-000 (MG)		
Peso real (KG).....:	0,105	
Peso Tarifado.....:	0,105	
OBJETO=====> 00015275797BR		
PE - 5 ED - S ES - N		
Valor AdValorem.....:	5,51	
AVISO DE RECEBIMENTO:	7,40	
Valor Declarado(R\$)..:	300,00	

Endereço Remet.: , -

Postagem ocorrida após o horário limite de postagem (DH), será acrescida 1 (um) dia útil ao prazo padrão de entrega

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 38,71

PE - Prazo final de entrega em dias úteis.
ED - Entrega domiciliar - Sim/Não.
ES - Entrega subida - Sim/Não.
RE - Restrição de entrega - Sim/Não.

TOTAL(R\$)=====> 38,71
VALOR RECEBIDO(R\$)=> 100,00

TROCO(R\$)=====> 61,29

Postagem ocorrida após o horário limite de postagem (DH), será acrescida 1 (um) dia útil ao prazo padrão de entrega

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

O acompanhamento desses objetos poderá ser realizado pelos remetentes e destinatários por meio do portal dos

Correios <https://www.correios.com.br/>

ou pelo aplicativo de rastreamento

Ganhe tempo!

Baixe o APP de Pré-Atendimento dos Correios
Tenha sempre em mãos o número do ID Tiquete deste comprovante, para eventual contato com os Correios.

VIA-CLIENTE

SARA 9.0.01